

O PROCESSO DE SUBORDINAÇÃO DA PEQUENA UNIDADE FAMILIAR AO CAPITAL

Cicero Danilo Gomes do Nascimento ¹
Alexandrina Luz Conceição ²

RESUMO

As ações e intervenções do Estado no espaço agrário a partir da implementação de políticas públicas como o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) ou Projeto São José tornou-se responsável por materializar a expansão do capital e a sua funcionalidade ao processo de acumulação capitalista, em benefício dos setores dominantes do capital agrário, industrial e financeiro. O campo vem sendo reconfigurado ao modelo de *comodities*, que privilegia as esferas produtivas mais capitalizadas, a partir da criação de Políticas Públicas inscritas na lógica de dominação dos setores agrário, industrial e financeiro com uso do discurso ideológico do desenvolvimento econômico, político, social, cultural e sustentável. É a partir da implementação de Políticas Públicas que, o Estado dá materialidade a novos mecanismos de dominação e expansão do capital financeiro da economia no campo, nesse sentido, sua reprodução se dá através dos sistemas de crédito via Políticas Públicas.

Palavras-chave: Estado, Capital, Políticas Públicas, Política de Crédito.

RESUMEN

Las acciones e intervenciones del Estado en el espacio agrario a través de la implementación de políticas públicas como el Programa de Desarrollo Rural Sostenible (PDRS) o el Proyecto São José se hicieron responsables de materializar la expansión del capital y su funcionalidad en el proceso de acumulación capitalista, por ejemplo, en beneficio de los sectores dominantes del capital agrario, industrial y financiero. El campo ha sido reconfigurado al modelo mercantil, que privilegia las esferas productivas más capitalizadas, a partir de la creación de Políticas Públicas inscritas en la lógica de dominación de los sectores agrario, industrial y financiero utilizando el discurso ideológico del desarrollo económico, político, social, cultural y sostenible. Es a través de la implementación de Políticas Públicas que el Estado da materialidad a nuevos mecanismos de dominación y expansión del capital financiero de la economía en el campo, en este sentido, su reproducción se da a través de sistemas de crédito vía Políticas Públicas.

Palabras clave: Estado, Capital, Políticas Públicas, Política Crediticia.

¹ Doutorando No Curso de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe - SE, danilonascimento@academico.ufs.br;

² Professora orientadora: Doutora em Geografia Humana, Universidade de São Paulo (USP); Professora Emérita da Universidade Federal de Sergipe - SE, aluzcon@academico.ufs.br

As ações e intervenções do Estado no espaço agrário para a expansão do capital, via implementação de políticas públicas, têm sido marcadas pela sua funcionalidade ao processo de acumulação capitalista, em benefício dos setores dominantes do capital agrário, industrial e financeiro.

O campo vem sendo reconfigurado ao modelo de *commodities*, que privilegia as esferas produtivas mais capitalizadas, a partir da criação de Políticas Públicas inscritas na lógica de dominação dos setores agrário, industrial e financeiro com uso do discurso ideológico do desenvolvimento econômico, político, social, cultural e sustentável. Com a implementação de Políticas Públicas, o Estado dá materialidade a novos mecanismos de dominação e expansão do capital financeiro da economia no campo, nesse sentido,

A partir de 1980, com o início dos empréstimos para ajustamento estrutural e suas inúmeras condicionalidades, o Banco Mundial ampliou e diversificou imensamente as suas áreas de incidência. Para além dos setores tradicionais de infraestrutura, energia e transporte, a sua atuação passou a abranger também política econômica, educação, saúde, habitação, meio ambiente, administração pública, desenvolvimento urbano e rural, políticas fundiárias e reconstrução nacional pós-conflito. [...] Para o Banco, o dinheiro serve de alavanca na difusão e institucionalização de ideias econômicas e prescrições políticas sobre o que os governos dos Estados clientes devem fazer, e como, em matéria de desenvolvimento capitalista, nas suas mais diversas dimensões. (PEREIRA, PRONKO, 2015, p. 14)

Em seu jogo de interesses, o Banco Mundial, um dos maiores representantes do capitalismo financeiro, assim como, diferentes instituições financeiras buscam lograr êxito ao se inserir no espaço agrário brasileiro para empreender no campo através de grandes projetos como o fortalecimento da agricultura, inovação das técnicas produtivas, infraestrutura, abastecimento, saneamento, desenvolvimento sustentável, o que somente é possível através de Políticas Públicas desenvolvimentistas e emergenciais.

[...] a atuação do banco se dá em meio a uma malha larga, densa e bastante opaca de relações, que envolve agentes nacionais e internacionais públicos, privados, não governamentais, filantrópicos e empresariais que apoiam, formulam, adaptam, negociam e veiculam as ideias e prescrições de política da instituição. A efetividade das ações do banco, portanto, depende de uma série de pontos de sustentação, negociação e difusão tanto dentro quanto fora dos espaços nacionais. (PEREIRA, PRONKO, 2015, p. 14)

É fundamental compreendermos que as formas de atuação do Banco Mundial sobre os países em desenvolvimento que se submetem aos seus acordos de empréstimos são inúmeras, de maneira discreta e continua, com seu discurso ideológico, passa a exercer o controle, dominante nas diversas áreas, política, econômica, ambiental, social, cultural, entre outras (PEREIRA, 2022, p. 19).

Em seu processo de formação, a instituição vai ampliando e diversificando suas áreas de atuação, garantindo o crescimento contínuo da sua carteira de empréstimos, submetendo os prestatários a dependência econômica, gerando uma necessidade por empréstimos financeiros, como única forma de garantir o desenvolvimento.

Ao longo de quase oito décadas de funcionamento, o crescimento gradativo da sua carteira de empréstimos foi acompanhado pela ampliação e pela diversificação das suas áreas de atuação, que passaram a abranger, além dos setores tradicionais de infraestrutura, transporte e energia, também política econômica, educação, saúde, habitação, meio ambiente, desenvolvimento rural e urbano, administração pública, governança e leis, construção e reconstrução de Estados. (PEREIRA, 2022, p.20)

Nosso objetivo é analisar o processo da subordinação da pequena unidade familiar ao capital financeiro a partir da política de crédito para o campo, especificamente o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS). A materialização de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do campo oculta a real finalidade do Estado a partir do discurso ideológico, com ênfase no discurso do desenvolvimento, da inclusão e justiça social, para a melhoria da qualidade de vida das pequenas unidades de produção familiar. O referente discurso traz a garantia da expansão do capital financeiro no campo no processo de subsunção do trabalho e da renda da terra.

Diante da problemática exposta apresentamos questões que nortearão os caminhos, que clarificarão as multideterminações, que espelham as faces e fases da estruturação das Políticas Públicas no campo brasileiro, sob a mediação inicialmente do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS), conhecido como Projeto São José, observando-se na atualidade o papel dos bancos públicos (em especial o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e, de forma crescente, o BNDES que ainda se mantém como os principais responsáveis pela financeirização do campo, indicando a permanência do sistema de crédito como principal norteador da subordinação, centralização e concentração da estrutura fundiária.

METODOLOGIA

A pesquisa em questão está sendo desenvolvida a partir de análises qualitativa e quantitativa da realidade material dos sujeitos sociais envolvidos, de forma que a partir da leitura das contradições possamos desmistificar o que esconde o discurso ideológico das políticas públicas para o desenvolvimento e combate à pobreza, criadas pelo Estado, cujos objetivos específicos caminham em busca de mecanismos que possam superar as desigualdades

no espaço agrário, como garantia do fortalecimento da produção da pequena unidade de produção familiar, mas, sob o controle do capital financeiro.

A pesquisa de caráter qualitativa tem como ponto de partida a realidade concreta das pequenas unidades de produção familiar, subsumidas nas suas inteirações com a implantação do Projeto São José. Este, se apresenta como a mediação dialética no processo da acumulação do capital.

O concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. [...] o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. (MARX, 2011, p. 54)

É a lógica dialética, que concebe a realidade, enquanto processo, e, a contradição como essência dessa realidade. Nesse direcionamento conhecer a realidade é compreender que “[...] o conhecimento de uma realidade que deixa de ter existência imediata, externa ao homem, independente dele, para ser uma realidade mediada pelo homem (KUENZER, 2012, p. 59).”

Logo, é preciso identificar e analisar criticamente a realidade a partir dos sujeitos reais, e capturar as contradições nas suas multideterminações:

A pesquisa deve procurar a ligação e a unidade resultante da relação dos contrários, que ao se opor dialeticamente, incluindo-se/excluindo-se no/do outro, se destroem ou se superam; as determinações mais abstratas; assim, o pensamento deverá mover-se durante o transcurso da investigação, entre os polos dialeticamente relacionados, buscando compreender onde e como se incluem/excluem, desaparecem ou originam uma nova realidade; [...] buscando não explicações lineares que “resolvam” as tensões entre os contrários mas captando a riqueza do movimento e da complexidade do real, com suas múltiplas determinações e manifestações. (KUENZER, 2012, p. 65).

Na pesquisa quantitativa, os dados em análise estão sendo a partir dos dados consultados dos resultados disponibilizados pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, dados nos canais do Governo do Estado do Ceará, especificamente no Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), além dos relatórios que apresentam resultados reais e concretas da execução do Projeto São José.

Para alcançar os resultados na análise está sendo construída a pesquisa de campo, utilizando diferentes instrumentais e materiais metodológicos, por exemplo, o caderno de campo, uso de câmeras fotográficas, entrevistas estruturadas a partir de formulários por pautas, entrevistas semiestruturadas através de conversas formais e informais, com registros feitos com uso de gravador de voz com prévia autorização dos sujeitos sociais e agentes envolvidos.



Entende-se que não há separação entre o quantitativo e o qualitativo, uma vez que na análise do materialismo histórico-dialético, o estudo da realidade concreta é feito tendo como ponto de partida a categoria totalidade, que permite não cair no erro de considerar a parte como análise do real de forma descolada do conjunto dos fatos, resultando no desconhecimento da realidade e formalizando apenas o subjetivo sem conexão com o real. A categoria totalidade,

[...] implica na concepção da realidade enquanto um todo em processo dinâmico de estruturação e de autocriação, onde os fatos podem ser racionalmente compreendidos a partir do lugar que ocupam na totalidade do próprio real e das relações que estabelecem com os outros fatos e com o todo; onde os fatos são parte integrante de um processo de concretização que se dá através do movimento e das relações que ocorrem das partes para o todo e do todo para as partes, dos fenômenos para a essência e vice-versa, da totalidade para as contradições entre as partes (equilíbrio, harmonia/desequilíbrio, desarmonia) onde os conceitos entram em movimento recíproco e se elucidam mutuamente, atingindo níveis crescentes de concreticidade. (KUENZER, 2012, p. 64)

Assim, partimos da leitura a partir da localização como afirma Carlos (2002) na materialização das relações sociais, articulado no plano político, econômico e social na totalidade dessas relações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2022, o estado do Ceará apresenta uma população estima de 8.794.957 habitantes com uma densidade demográfica no mesmo período de 59,07 hab/km², (IBGE, 2022), em seus 184 municípios o que corresponde a uma área total de 148.894,75 km².

O estado do Ceará está dividido em 14 territórios de planejamento: Cariri, Centro Sul, Grande Fortaleza, Litoral Leste, Litoral Norte, Litoral Oeste/ Vale do Curu, Maciço de Baturité, Serra da Ibiapaba, Sertão Central, Sertão de Canindé, Sertão de Crateús, Sertão dos Inhamuns, Sertão de Sobral, Vale do Jaguaribe.

A área definida para o desenvolvimento da pesquisa é o município de Caririáçu, apresentando uma área aproximada de 634,179 km², estes estão localizados no microterritório Cariri Central, onde vivem atualmente 26.320 habitantes, segundo os dados do Censo Demográfico (IBGE, 2022).

Fundado em 1876, o município de Caririáçu, localizado no Sul do estado do Ceará, Região Planejada Cariri, além do espaço urbano, o qual concentra os serviços essenciais e administrativos, conta com seu espaço rural dividido em 5 distritos, que são eles: Miragem, Primavera (São Lourenço), Feitosa (Serrote), Cachoeirinha, Miguel Xavier (Valença), com

mas de 70 comunidades rurais, popularmente conhecidas como sítios³, conta atualmente com 36 associações distribuídas em seu espaço rural, vinculadas à Federação das Associações, Fundações e Entidades Comunitárias de Caririçu (FEAFECC).

A definição da referente área para o desenvolvimento da pesquisa, está vinculada a experiência real concreta do pesquisador no serviço público, ao atuar como Coordenador de Projetos na Secretaria de Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente (SEDAMA), no município de Caririçu, além de, na atualidade ser Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDs), atuando na elaboração, execução dos projetos, acompanhando a implementação das políticas públicas e programas do Governo Estado do Ceará e Governo Federal direcionadas as Associações do município em cooperação com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE).

Entre as ações desenvolvidas na SEDAMA, destacamos as principais Políticas Públicas e Programas dos quais atuamos diretamente com os pequenos produtores familiares e Associações, entre elas estão: Programa Hora de Plantar, Fundo Garantia-Safra e o Benefício Garantia-Safra, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Projeto São José.

Destacamos entre essas Políticas Públicas e Programas, o Programa Hora de Plantar, uma Política Pública de Estado, criada criada através da Lei Ordinária de No. 17.534 de 22/07/2021, a qual dispõe o Projeto Hora de Plantar enquanto política pública, vem sendo executado no Estado do Ceará desde a década de 1980, cujo objetivo consiste em, “Fortalecer a agricultura familiar, utilizando sementes e mudas e outros materiais de elevado potencial genético que propiciem o aumento da produtividade das culturas e melhorem o nível de renda dos(as) beneficiários(as).” (MANUAL OPERACIONAL, 2021)

Criado a partir da lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002 o Fundo Garantia-Safra e o Benefício Garantia-Safra, são destinados aos agricultores familiares que sofreram percas diante de estiagem e secas, de acordo com o disposto na lei em seu Art. 1º, Brasil (2002):

É criado o Fundo Garantia-Safra, de natureza financeira, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, e instituído o Benefício Garantia-Safra, com o objetivo de garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de Municípios sistematicamente sujeitos a perda de safra por razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico, situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE [...].

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é responsável por ofertar a

³Estabelecimento agrícola de pequena lavoura. Ferreira (2010, p. 704)

alimentação e acompanhamento nutricional em todas as etapas da educação básica pública no país, cujo objetivo está exposto no Art. 4º da lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, Brasil (2009, p.1):

[...] contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Já o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), foi criado pela Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, especificamente no seu Art. 19 que dispõe do texto de acordo com Brasil (2003, p. 8):

Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos.

Por último, temos o Projeto São José, criado em 1995, como Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) que a partir de 2009 passou a ser denominado por Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS). Em nossa análise, partimos da realidade concreta experimentada por unidades de produção familiares com o Projeto São José.

A busca por uma reestruturação no perfil socioeconômico do Estado do Ceará necessitava de medidas intensivas que viabilizassem mudanças em sua estrutura, tornando-se possível a luz do Projeto São José, sustentado no discurso de apoio a pequena unidade de produção familiar, criando expectativas entorno do discurso da geração de emprego e renda à população em estado de vulnerabilidade econômica e social residentes no interior do Estado.

Criado em 1995, o Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) no Ceará, também conhecido como Projeto São José, é instituído pela ação do então governador Tasso Ribeiro Jereissati⁴, a partir de análises dos resultados do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), com suporte financeiro do Banco Mundial.

A substituição do PAPP pelo PCPR ocorreu após uma série de situações que acabaram por comprometer a estabilidade do programa, que segundo Lisboa (2007, p. 200):

[...] foi comprometida pelas mudanças na administração pública brasileira, com a 'operação desmonte' iniciada no Governo Sarney no segundo semestre de 1988, e

⁴ Tarso Ribeiro Jereissati governou o Estado do Ceará por três mandatos, o primeiro entre os anos de 1987-1991, o segundo entre 1995-1999, por último, de 1999 a 2002. Entre os anos de 1991-1994, Ciro Gomes aliado de Tarso é eleito Governador, à época não era permitido ainda o processo de reeleição. Disponível em: <http://www18.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/tasso-ribeiro-jereissati>



ampliada em 1990, no primeiro ano do Governo Collor. Neste momento, a ênfase do PAPP na execução de projetos produtivos foi sendo diminuído.

Observa-se que, o próprio Estado que criou o programa torna-se o responsável pelo seu declínio, que teria duração de 15 anos conforme o decreto que o criou, foi reduzido para 10 anos a partir de negociações com a Banco Mundial, (ARAÚJO, 2003). Essa compressão do tempo de execução do programa seria uma das primeiras alterações que sofrera, além do mais, tais mudanças não eram diferentes daquilo que já vinham sendo desenvolvidos no estado, com o Apoio as Pequenas Comunidades Rurais (APCR) um dos seguimentos dispostos no Decreto nº 91.179/85 outrora citado, mas que, antes estivera disposto no Projeto Ceará e o financiamento do Banco Mundial.

O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP) finaliza em 1995, dando lugar ao Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), este também criado em 1995, mas executado somente em 1996, após novos acordos de empréstimos entre os Governos dos Estados da Bahia, Ceará e Sergipe com o Banco Mundial, é importante destacar que, posteriormente, outros Estados do Nordeste conseguiram empréstimos com aproximados, estes foram, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte, (ARAÚJO, 2003).

No Estado do Ceará, o programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), tornou-se conhecido como Projeto São José⁵, sendo criado em 1995, em continuidade do antigo PAPP, apresentando novas estratégias, iniciativas, como um instrumento de medida compensatória. De acordo com Lisboa (2007, p. 200) o PCPR teria sido, “[...] pensado originalmente como um programa de alívio à pobreza (*Poverty Alleviation Program*) e colocado como instrumento de medida compensatória, acompanhando a mesma lógica dos programas assistencialistas do antigo PAPP.”

Sobre o objetivo do Projeto São José, Araújo (2003, p.82) afirma que:

O objetivo básico foi o alívio da pobreza rural e suas consequências, mediante: a) fornecimento de infra-estrutura social e econômica básica e oportunidades geradoras de renda para o pobre rural; b) apoio às comunidades rurais no planejamento e implementação do seu próprio subprojeto; c) fornecimento de rede de segurança para o pobre durante período de forte ajuste fiscal; d) mobilização de renda alavancada à comunidade e em nível de município.

Sua proposta era de extinguir a pobreza rural e propor vida digna e de qualidade as pequenas unidades de produção familiar promovendo o desenvolvimento. Com esse propósito, atua na captação de capital a partir de financiamento sem reembolso de pequenos investimentos,

⁵ Segundo Araújo (2003), essa seria uma forma de homenagear ao padroeiro do Estado do Ceará, São José, símbolo da Igreja Católica, considerado santo entre seus fiéis.

mediante ações em setores específicos, como infraestrutura, destacando a implementação de subprojetos de eletrificação rural, abastecimento d'água, no setor da produção, empreendimentos produtivos, a mecanização das atividades agrícolas, aquisição de máquinas para auxiliar no desenvolvimento da produção, no setor de habitação rural, construção de casas, banheiros, principalmente em áreas de assentamentos, além do setor de inclusão e desenvolvimento social (SOUSA, 2009).

Apoiado nas experiências dos Projetos que lhe antecedeu, apresentado como instrumento compensatório, o Projeto São José passou a aplicar seus recursos em diversos segmentos para o desenvolvimento local, tais como podem ser destacados segundo Matos; Sobral e Pereira (2016, p. 141), “subprojetos de infraestrutura, em empreendimentos produtivos e em habitação rural, apresentados por organizações comunitárias locais, com a novidade de esses subprojetos surgirem do próprio governo estadual, não apenas alimentado por ele”.

A aquisição do financiamento que fora conquistado a partir de requerimento por parte das pequenas unidades de produção familiar mais atingidas pela pobreza, através das organizações comunitárias que lhes representavam, a exemplo, as associações produtivas. Apresentavam subprojetos que atendessem as diretrizes propostas no Projeto São José, como uma espécie de triagem por parte dos órgãos do Governo do Estado responsáveis pela coordenação e execução do projeto, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDS), Unidades Técnicas (UT), representações do Banco Mundial.

Os considerados aptos a participarem do Projeto São José eram pequenas unidades de produção familiar que apresentassem elevado nível de pobreza, nas áreas definidas para aplicação dos investimentos de programas e políticas públicas. Para fins de aquisição e inserção no projeto, as unidades de produção familiar obrigatoriamente deveriam estar organizadas coletivamente, compartilhando das mesmas predileções, expressas mediante participação em associações comunitárias legalizadas e atuantes. Sousa (2009, p. 93)

Para pleitear o financiamento do Projeto São José as associações representativas da comunidade precisam ter sua sede em localidades com no máximo 7.500 habitantes. Para a escolha dos municípios que seriam foco das ações do Projeto São José foram estabelecidos alguns critérios, de forma a estabelecer uma hierarquia, tais como: • Nível de pobreza derivada da qualidade dos recursos naturais e das adversas condições climáticas, como a incidência de secas; • Taxa de indigência; • Pouca disponibilidade de recursos municipais; • Concentração de pequenos produtores; • Outros indicadores sócio-econômicos tais como: índice de condição de sobrevivência, relação população/médico, entre outros.

Como Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), o Projeto São José foi dividido em duas fases distintas, a primeira fase, PSJ I, reafirmada a partir do Acordo de Empréstimo nº



3918 BR acima apresentado, cujo objetivo era “combater a pobreza rural no Estado do Ceará, através de recursos não reembolsáveis e contrapartida dos beneficiários”, (CEARÁ, 2019).

Com duração aproximada de 5 anos, suas primeiras ações foram direcionadas para a implantação de projetos que garantissem o acesso a água e a eletrificação do meio rural, constituindo segundo Lisboa (2007), “um instrumento financeiro para subsidiar programas de combate à pobreza rural, e o principal mecanismo de atendimento às políticas de desenvolvimento local”.

Dessa forma o PSJ I estava dividido em três componentes: I. Subprojetos Comunitários, que contava com 93% de recursos para financiar 4.500 subprojetos, estes subdivididos em três categorias: infraestrutura, produtivos e social. II – Desenvolvimento Institucional, contava com 4% dos recursos para financiar as assistências técnicas e capacitações, por último, III – Administração, Monitoramento e Avaliação do Projeto, com apenas 3% dos recursos para a realização das atividades de monitoramento e avaliação feita pela coordenação do projeto, (BANCO MUNDIAL, 1995 apud. ARAÚJO, 2003)

O PSJ I estava organizado a partir de categorias específicas para o seu desenvolvimento, das quais destacam-se o produtivo, a infraestrutura e o social. As Associações Comunitárias apresentavam subprojetos, contudo, era necessário que as ações estivessem de acordo com as propostas no Programa. Após análise eram contemplados apenas aqueles que atendessem as observâncias previstas.

Uma característica fundante do Projeto São José, que o fazia diferente de todos os outros programas, era a participação das Associações Comunitárias e comunidades no planejamento, identificação, execução, fiscalização (ARAÚJO, 2003). Observa-se que nesse primeiro momento não se tratava apenas de um projeto centrado apenas no Estado, e no Banco Mundial ou qualquer outra instituição envolvida no processo de instalação do PSJ I, mas que a participação coletiva das comunidades se fazia necessária.

Quem coordenava as ações de instalação do PSJ I era a Secretaria de Planejamento e Coordenação, desde a Unidade Técnica, Diretoria Técnica ou Coordenação Técnica, em seguida ficando a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) responsável por executar o programa, entre as competências atribuídas, priorizar e selecionar os subprojetos, além de liberar recursos, monitorar, supervisionar e avaliar as ações contratadas, (ARAÚJO, 2003).

Após assumir essa responsabilidade a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) reestruturou um pacote de iniciativas, redistribuindo atribuições e responsabilidade das

Secretarias Setoriais (coparticipantes), dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDS) e as Associações Comunitárias representantes dos beneficiários(as). Foram criados ainda, Centros de Atendimento ao Cliente, a atuação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Ceará (EMATERCE), do Instituto de Desenvolvimento Agrário, além de várias outras secretarias e setores que estivessem vinculados ao projeto. Sobre a instalação do Projeto São José, Sousa (2009, p. 96) aponta que:

Para a implementação das ações do Projeto São José, o Governo do Estado do Ceará conta, de forma integrada, com a parceria de dez secretarias de Estado e suas entidades descentralizadas, destacando-se a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATERCE, Superintendência de Obras Hidráulicas - SOHIDRA e Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE. Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável – CMDS têm uma participação importante na aprovação das propostas de financiamento, além de serem atores da sociedade civil para acompanhar e fiscalizar a implementação do projeto. O CMDS está presente em todos os municípios beneficiados pelo Projeto São José e recebem treinamento periódico do Governo do Estado para melhorar sua atuação.

A atuação dos coparticipantes (órgãos diretamente vinculados ao Governo do Estado) na instalação e execução do Projeto São José, torna-se fundamental para o pleno desenvolvimento do Projeto, são responsáveis por assessorar as associações beneficiadas mediante orientações a respeito das ações a serem desenvolvidas.

O Projeto São José inicialmente foi formulado com previsão para o atendimento de 176 município no Estado do Ceará, mas que diante do planejamento de instalação foi possível inserir mais um, passando para 177 municípios a serem contemplados com o projeto. No Estado do Ceará, dos seus 184 municípios, apenas 7 foram excluídos do processo de inserção no PSJ I. Na Região Metropolitana de Fortaleza com exceção dos municípios de Caucaia e Maranguape, esses apresentando áreas de assentamento e limitações quanto ao acesso a água.

Quanto aos resultados nessa primeira fase, o Projeto alcançou 100% dos municípios, ou seja, foram 177 municípios contemplados segundo o planejamento de instalação, com 3.110 subprojetos executados, alcançando a marca das 192.688 famílias atendidas. Cada subprojeto obteve o valor aproximadamente de US\$ 33 mil dólares, (ARAÚJO, 2003).

Em relação as categorias, pode-se destacar infraestrutura, que alcançou a marca 2.412, correspondendo a 77,55%, com ênfase em seus dois principais subprojetos de eletrificação rural e abastecimento d`água, o produtivo apresentou 665 subprojetos correspondendo a 21,38% e o social com 33 subprojetos equivalente a 1,07%. Em termos gerais foram totalizados 3.110 subprojetos (ARAÚJO, 2003). Os dados levantados a partir dos documentos públicos do Projeto São José I segundo Sousa (2009, p. 109) apontam que:

De acordo com informações nos documentos públicos do Projeto São José como a carta consulta enviada ao Banco Mundial para a negociação de mais um empréstimo para continuidade das atividades do PSJ os resultados alcançados foram relevantes. No período de 1996 a 2000 foram financiados 3.056 subprojetos, beneficiando 189.496 famílias totalizando R\$ 130.633.075,02 em 177 municípios dos 184 existentes no Estado do Ceará.

Com esses resultados observa-se que entre os anos de 1996 e 2001 os subprojetos de maior destaque foram os de infraestrutura, eletrificação rural e abastecimento d'água, acompanhado dos subprojetos produtivos e por último o social, garantindo o desenvolvimento das comunidades envolvidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizada essa primeira fase do Projeto São José, novas estratégias são lançadas com base nos resultados alcançados, uma nova fase do Programa de Combate à Pobreza Rural, São José II, com metodologias de intervenções nas comunidades que apresentarem índices de pobreza elevados, são ações aplicadas com caráter seletivo e descentralizado (LISBOA, 2007). Assim, para o desenvolvimento da nova proposta foi oportuno recorrer a um novo acordo de empréstimos junto ao Banco Mundial.

Novos acordos de empréstimos seriam possíveis após o encerramento dos primeiros, com análises das ações, prestação de contas e avaliações que foram desenvolvidas durante a execução do projeto, envolvendo as Associações Comunitárias representando os beneficiários, Conselhos, Unidades Técnicas (UT), responsáveis pelo projeto e o Banco Mundial (LISBOA, 2007). Dessa forma, no mesmo ano de encerramento do PSJ I, tem-se início o PSJ II mediante os Acordos de Empréstimo nº 4626 – BR e o de nº 7387 – BR, logo que, cada acordo representa uma subfase dentro da nova proposta do Projeto São José II.

Para alcançar os objetivos traçados e buscar respostas das questões propostas à pesquisa ora apresentada, sua fundamentação está materializada nos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico-dialético, o que nos dá a garantia de análise da realidade em sua totalidade.

Neste sentido, o processo de construção da presente análise está sendo desenvolvida mediante leituras teóricas reflexivas sobre o processo de implementação das políticas públicas, o discurso ideológico de combate à pobreza no campo, a expansão e reprodução do capital



financeiro da economia no campo, a funcionalidade do Estado para o capital, o papel das associações no contexto do acesso ao crédito e o endividamento da pequena unidade familiar.

Diante das leituras já realizadas, foi possível observar até o atual momento, que o discurso do desenvolvimento e combate à pobreza é uma forma de controle das associações e dominação da produção da pequena unidade familiar, que a implementação da política pública tem contribuído para o endividamento dos seus beneficiários, além de, viabilizar o processo da privatização dos bens da natureza.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Helena de. **Desigualdade e pobreza no Ceará: o caso do projeto são José**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003. Acessado em 16 de dezembro de 2022. Disponível em:

https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16858/1/2003_dis_mhara%C3%BAjo.pdf

BRASIL. **LEI Nº 10.420, DE 10 DE ABRIL DE 2002**. Acesso em 03/02/2023, disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10420.htm

_____. **LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009**. Acesso em 03/02/2023, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2009/lei/11947.htm

CARLOS, A. F. A.. **A Geografia Brasileira, Hoje: Algumas Reflexões**. In: Revista Terra Livre: São Paulo. Ano 18, vol. I, n. 18 p. 161-178 JAN-JUN/2002.

CEARÁ. **Projeto São José: um caminho para a sustentabilidade na e para a comunidade**. In. Desenvolvimento Rural Sustentável – Coletânea de Cartilhas Temáticas. Ceará, 2019.

Acesso em 26 de dezembro de 2022. Disponível em: https://www.sda.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/60/2019/08/Cartilha_PSJIII-Institucional.pdf

IBGE (BRASIL). **Panorama do Censo Demográfico 2022**. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação Técnica do Censo Demográfico – CTD. Acessado em 21 de junho 2023.

Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/panorama>

KUENZER, A. Z.. **Desafios Teórico- Metodológicos da Relação Trabalho-Educação e o Papel Social da Escola**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Educação e Crise do Trabalho. 11ª. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

LISBOA, Josefa Bispo de. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança**. 272 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO), Universidade Federal de Sergipe (UFS)/ São Cristóvão, Sergipe, 2007. Acessado em 14 de dezembro de 2022. Disponível em:

https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5427/1/JOSEFA_BISPO_LISBOA.pdf

MANUAL OPERACIONAL. **Lei 17.534/21**. 35ª Edição, Fortaleza, Ceará, 2022. Acessado em 19 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.sda.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/60/2018/10/Manual-Operacional-35a-edicao-versao-01-comprimido.pdf>.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política**. Boitempo, Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2011.



MATOS, Carolina de Fátima Almeida; SOBRAL, Fabio Maia; PEREIRA, William Eufrásio Nunes. **Projeto São José e FECOP- CE: uma análise do combate à pobreza no estado do Ceará. In: Recortes analíticos sobre emprego formal, cidades médias e políticas no Nordeste.** Org. PEREIRA, William Eufrásio Nunes; SILVA, Maria Lussieu da; APOLINÁRIO, Valdênio; MACEDO, Luziene Dantes de. – Natal: EDUFRRN, 2016. Acessado em 16 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/23541>

PEREIRA, J. M. M. & PRONKO, M. (org.). **A Demolição de Direitos: Um Exame das Políticas do Banco Mundial para a Educação e a Saúde (1980-2013).** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fiocruz, 2015.

PEREIRA, J. M.M. **O Banco Mundial no Brasil (1990-2020).** -1. Ed. – Curitiba: Apris, 2022.

SOUSA, Roberta Messiane Gonçalves. **Pobreza: um diálogo sem consenso.** São Paulo: FGV-SP, 2009. 200 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2009. Acessado em 16 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/5347/62070100817.pdf>